
A objetividade jornalística na produção de sentidos sobre o migrante: virada epistêmica no contexto da esfera pública midiaticizada¹

Lucas Arantes ZANETTI²
Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

RESUMO

De cunho ensaístico, este artigo reflete sobre a objetividade jornalística na produção de sentidos sobre o migrante de forma situada ao contexto da esfera pública midiaticizada. Argumento que as noções de objetividade como herança positivo-funcionalista contribuem para a circulação de sentidos violentos e desumanizadores sobre o migrante. Também ecoo os autores que defendem uma virada epistêmica nas práticas jornalísticas de forma a considerar recursos emocionais e subjetivos como formas legítimas de produção de conhecimento e consciência sobre o mundo. Defendo que, em tempos de degradação dos pilares clássicos do jornalismo como a credibilidade, a verdade e a instantaneidade do acontecimento, há espaço para o reposicionamento do ofício enquanto produtor social de conhecimento e de sentidos que contraponham epistemologia da classe dominante que constitui as bases das interações sociais na esfera pública midiaticizada.

PALAVRAS-CHAVE

Objetividade jornalística; Esfera pública; migrações; Midiaticização; Epistemologia do jornalismo.

INTRODUÇÃO

A questão da objetividade permeia as teorias do jornalismo desde seus tempos mais remotos, antes mesmo da construção de um campo científico capaz de conceituar suas práticas e técnicas. Por muito tempo, teorias embasadas principalmente pela corrente funcionalista e positivista consolidaram a noção de que existe uma realidade objetiva possível de ser enquadrada e transmitida pelo jornalista de forma neutra e imparcial (MEDINA, 2012). Atualmente, poucas correntes acadêmicas sustentam tais ideias. A discussão sobre a construção de conhecimento no jornalismo tem sido cada vez mais aprofundada por pesquisadores da área, que hoje compreendem outras formas

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, Mestre em Comunicação e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (processo 2021/00378-0). Membro do grupo de pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (ComMov) E-mail: lucas.zanetti@unesp.br

legítimas do fazer jornalístico para além das noções tradicionais de imparcialidade, neutralidade e objetividade, ainda predominantes entre as empresas e os profissionais (ROCHA, 2011).

Quando o jornalista se depara com a questão de um “Outro” e se distancia substancialmente de sua realidade próxima, fica evidente a limitação da objetividade enquanto capaz de enquadrar sujeitos, histórias e situações em sua complexidade e sem reproduzir violências, estereótipos e formas de opressão contra grupos socialmente minoritários. O resultado é uma postura “discriminatória que desqualifica o ser humano” (IJUIM, 2017, p. 240) por parte da imprensa. A questão se evidencia quando observada a partir dos fluxos migratórios contemporâneos. A midiaticização das migrações, deslocamentos forçados, refúgios e suas consequências sociais, econômicas e culturais fazem parte do leque de temas sensíveis que envolvem questões de direitos humanos e violências que ilustram como a objetividade, tal como está posta, reproduz opressões estruturais.

Por este motivo, para garantir o tratamento humano e o respeito necessário a este “Outro”, a partir de uma construção social voltada para a tolerância, defendemos a necessidade do uso de recursos éticos, estilísticos e de linguagem que permitam a produção de conhecimento sobre o Outro em sua complexidade e sem a reprodução destas violências e discriminações. Para isso, é preciso compreender os mecanismos da objetividade, suas matrizes epistemológicas situadas no contexto brasileiro, de forma a refletir sobre formas de comunicação jornalísticas inclusivas e construídas a partir de valores humanos, democráticos e inclusivos.

Assim, este artigo, de cunho ensaístico, tem o objetivo de discutir e problematizar a questão da objetividade jornalística na produção de conhecimento sobre migrantes de forma situada à noção de esfera pública midiaticizada. Argumento que a ideia de objetividade jornalística tal como está posta é reprodutora de uma ideologia dominante, que exclui a narrativa de grande parte da população. Mais do que isso, é desumanizadora e atua na manutenção da discriminação, estereotipação e privação de direitos do migrante. Para isto, realizo articulações entre as noções de objetividade no jornalismo (TUCHMAN, 1999; GENRO FILHO, 1987; SPONHOLZ, 2003), a questão das emoções e histórias pessoais na comunicação e as estratégias sensíveis no contexto da esfera pública (SODRÉ, 2006; MAIA, 2012; MORAES e VEIGA DA SILVA, 2021);

os conceitos de mídia e migrações, tendo como espinha dorsal teórica-conceitual a mediação latina.

QUAL OBJETIVIDADE; QUAL CONHECIMENTO?

Antes de adentrar ainda mais neste terreno arenoso sobre as bases epistêmicas do jornalismo, é preciso delimitar de qual objetividade se está falando. Ciente da polissemia do termo “objetividade”, que gera acalorados debates na academia, nas redações e mesas de bar, vou me ater a noção de Sponholz (2003, p. 111) entendida como “o conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática”. Quando se discute a questão da objetividade, é necessário trazer a questão filosófica sobre a possibilidade de apreensão da realidade através dos sentidos e, mais que isso, transmitir essa apreensão de forma fidedigna através de uma mídia.

A noção do jornalista enquanto agente cultural, enquanto mediador e construtor social de sentidos é amplamente estudada no campo da Comunicação. Vou me ater a noção defendida por Genro Filho (1987) em “O segredo da pirâmide”, que pode ser entendida como um grande marco de uma compreensão alternativa do jornalismo e as noções que dão base às teorias e práticas da profissão. Ele argumenta que existe uma base epistemológica que constrói os sentidos jornalisticamente produzidos a partir da observação da realidade, esta base é calcada pelos valores das ideologias dominantes da burguesia. Para desconstruir a noção de objetividade, o autor argumenta que qualquer fato pertence a uma dimensão histórica e cultural e, portanto, não são puramente objetivos.

Mais do que isso, o autor frisa que não se trata da objetividade enquanto linguagem, estilo de texto ou de relato impessoal, — ainda que o estilo jornalístico seja crucial para apresentar a versão de um fato enquanto verdade e enquanto elemento de credibilidade de um relato enquanto “jornalístico”. Trata-se de reconhecer que entre uma infinidade de escolhas, perspectivas e enquadramento possíveis de se apresentar um fato, existem irreparáveis marcas de subjetividade. Diz Genro Filho (1987, p. 38): “o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social”.

Em seus estudos, Tuchman (1999) aponta o valor social da evocação da "objetividade" enquanto escudo para atuação profissional do jornalista, que a utiliza como ritual, como performance para blindagem de críticas e defesa do ofício. O autor demonstra que apesar de ser frequentemente colocada enquanto base das notícias e conteúdos, a objetividade não pode ser alcançada e constitui em um convite à percepção seletiva dos fatos ao fornecerem a noção de que “os fatos falam por si” e escondem a política editorial das empresas. Ou seja, a objetividade seria uma forma, um conjunto de procedimentos que permite o jornalista se defender ao ser questionado sobre seus enquadramentos e afirmações, mas que na prática é uma cortina de fumaça para uma construção de sentidos ligada a questões ideológicas do veículo, do jornalista, das fontes e das escolhas comunicativas.

Esta postura do jornalista enquanto ser separado do mundo, como transmissor objetivo da realidade é apontada por Milton Santos (2001) como a inversão do real em benefício das classes dominantes. Para ele, o discurso antecede parte substancial das ações humanas e das esferas que regem o mundo como a técnica, a produção, o consumo e o poder e a presença generalizada da ideologia mascara a si própria enquanto tal, de forma a misturar-se entre si. Segundo o autor: “Não é de estranhar, pois, que a realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se inscreve nos objetos e apresenta-se como coisa” (SANTOS, 2001, p. 39).

A questão também é abordada por Meditsch (2002) em sua reflexão sobre o jornalismo enquanto forma de conhecimento. O autor reafirma o caráter cultural e histórico de qualquer produção de saber, incluindo o jornalismo. O autor aponta que os linguistas, expressos pelas formulações de Bakhtin (1992), já demonstraram exaustivamente a dissociabilidade entre linguagem, discurso e ideologia nas interpretações sobre a realidade, distinguindo entre a realidade em si, sem um observador humano, e a realidade discursiva, infalivelmente interpretativa. A verdade, sendo um conceito-chave do jornalismo, passa a ser entendida como relativa, como um “algo verdadeiro”, podendo haver verdade entre dois enunciados aparentemente contraditórios (MEDITSCH, 2002).

Uma das problemáticas específicas do jornalismo enquanto conhecimento é a não clareza quanto às suas bases, sua episteme, seus pressupostos e limitações técnicas e metodológicas. O conteúdo jornalístico é apresentado como a própria realidade, “e,

mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipa de jornalistas para construí-la” (MEDITSCH, 2002, p. 19). A linguagem da espetacularização, norteadada pela necessidade de sedução e captação de audiência, bem como a maquiagem necessária para tornar um conteúdo atrativo em meio às disputas pelo público também seriam elementos que colocam em o valor do conhecimento produzido pelo jornalismo à prova.

A base epistemológica do jornalismo enquanto prática profissional remete ao projeto de modernidade, especificamente à ideia de racionalidade. Boaventura de Sousa Santos (2007) define o pensamento do mundo moderno como sendo um pensamento abissal. Isso significa uma profunda divisão entre “nós” e “os outros” onde a realidade do outro desaparece como irrelevante, como invisível. Para o autor, quem está do outro lado da linha “desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente” (2010, p. 71), sendo inexistente entendido como “não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível” (2010, p. 71). Este é o limite da objetividade jornalística, incapaz de enquadrar a realidade do “outro lado da linha” sem a reprodução dos estereótipos e violências derivadas das relações de desigualdade desse “Outro” invisível.

Isso porque as mesmas bases epistemológicas que dão origem ao pensamento excludente e violento que caracteriza as sociedades modernas é o que funda o jornalismo enquanto prática e valores, bases estas que são sustentadas “por uma racionalidade que historicamente delinea uma condição mais conservadora no encontro com alteridades, resultando na reprodução de estereótipos e preconceitos” (MORAES, VEIGA DA SILVA, 2021, p. 114). Trata-se de uma herança do positivismo, de uma forma simplificada de compreensão da realidade sob sua visão de ciência que privilegia o homem branco ocidental e inferioriza as formas de saberes humanos produzidas em outras culturas, a partir de outros referenciais (GROSFOGUEL, 2016). Moraes e Veiga da Silva (2021, p. 117) apontam que é a partir desse paradigma epistemológico que se constrói o jornalismo: dentro de um universo finito norteadado pelo “sistema capitalista, masculinista, heterossexista, ocidentalista” e balizado pelas mesmas noções de objetividade científica e neutralidade partir de uma racionalidade que simplifica o mundo e reduz o conhecimento dentro do escopo desenhado a partir destas bases.

Em tempos de algoritmos, no entanto, há de se repensar as arenas que constituem a esfera pública midiaticizada e onde se posiciona o jornalismo. Em ensaio recente Sodré (2021, p.52) relaciona o valor de verdade mais posicionado ao “automatismo inerente ao circuito discursivo dos dispositivos de mídia”. A repetição por ressonância dos conteúdos e sentidos virais, segundo o autor, é o que dá valor de verdade a um sentido no estágio atual da midiaticização. O valor de verdade é adquirido pelo desejo de verdade dos públicos e ganha força a partir dos “sutis mecanismos de exposição” (SODRÉ, 2021, p.52) que levam ao autoengano, como é o caso das curtidas, compartilhamentos e viralizações nas redes sociais, que conferem credibilidade ao conteúdo, ainda que ele seja falso, mentiroso, manipulado de forma deliberada ou não. Por isso, no atual estágio de midiaticização, segundo o autor, não se trata mais de uma verdade inerente aos fatos cuja essência é questionável. É a partir desses mecanismos de regulação de mercado, enquanto efeito “automático” da financeirização da comunicação em que se insere os valores de verdade.

ESFERA PÚBLICA MUDIATICIZADA, CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS E DEBATE PÚBLICO ACERCA DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

As elaborações de Habermas sobre a esfera pública exercem grande influência sobre as teorias da democracia deliberativa, formação da opinião pública e novas formulações que se estendem em diversas áreas do conhecimento. Ao longo da obra habermasiana, o conceito de esfera pública sofre transformações significativas e, a partir da contribuições de outros autores, ganha forma a ideia de debate público racional, troca de argumentos, justificação recíproca como agentes legitimadores dos processos políticos e democráticos. A democracia deliberativa aponta como uma forma normativa de organização democrática, baseada nos princípios da participação, informação e transparência voltados à decisão coletiva (AVRITZER, 2000).

Neste projeto democrático, a mídia e, em específico, o jornalismo tornam-se centrais enquanto espaço público, arena de debate e condutor informativo e interpretativo dos fenômenos sociais e das problemáticas que devem ocupar o epicentro das conversações. O jornalismo passa a ser entendido como agente responsável por fornecer informações, opiniões e instrumentos que são apropriados pelos sujeitos para a

constituição do debate público ocorrido nestes ambientes por meio de trocas argumentativas (MAIA, 2008).

O fator racional é protagonista em grande parte dos projetos de sociedade que possuem a deliberação como centro democrático de legitimação política. Muitos criticam o apelo da mídia, inclusive do jornalismo, à dimensão das emoções e do sensível. Apontam o protagonismo do entretenimento, da esfera privada, do drama pessoal como antagônicos ao valor do interesse público. No entanto, conforme aponta Maia (2012, p. 17) a crítica generalista deixa de reconhecer “certos elementos sofisticados das emoções e de outros modos de comunicação, além da argumentação racional, que podem sustentar a discussão e estimular a discussão crítica na esfera pública”.

A esfera pública midiaticizada pressupõe a comunicação midiática como elemento central da cultura pensada a nível global, como agente estruturante das identidades do indivíduo e dos coletivos sociais. As práticas sociais que caracterizam as culturas são “atravessadas por interações midiaticizadas que integram a estrutura social” (BARROS, 2012, p. 85). Essa lógica midiática, segundo o autor, dá sustentação à consciência e à construção das identidades. Sodré (2002, p. 25) propõe a midiaticização “pensada como tecnologia de sociabilidade ou um novo bios, uma espécie de quarto âmbito existencial”. Trata-se da vida cotidiana, das interações, da circulação de sentidos midiaticamente produzidos que se manifestam em cadeias diferida e difusa de novas produções a partir das interações sociais (BRAGA, 2006).

Neste sentido, a esfera pública tem sido abastecida a partir de produções de sentidos midiáticos que corroboram com a visão de mundo colonizadora, ocidental, branca e masculina. Este processo também tem a ver com a sub-representação de pesquisadores que fogem da lógica colonizada do conhecimento científico (CHAKRAVARTTY, et. al., 2018). Faz-se, portanto, necessário construções de saberes que rompam com a lógica colonizadora e sejam capazes de se opor ao epistemicídio (SANTOS, 2010) produzido através de séculos de colonialismo e dominação Europeia enquanto visão de mundo. Em sua análise sobre o processo de globalização neoliberal, Milton Santos (2001) apontou a necessidade das classes dominantes em construir uma narrativa forte, chamada por ele de fábula, que constitui em uma esfera pública tomada por uma visão única de mundo, esvaziada de contraditório e com um recorte restrito da

realidade. Essa visão é apresentada de forma fragmentada, desconexa e desvinculada do cotidiano do cidadão comum.

Esta esfera pública hegemônica contribuiu para produzir debates públicos desumanizantes do imigrante, não raro, como nos contextos de intolerância e xenofobia, os colocou como inimigos dos “nacionais”, dos “nativos”, na oposição simplista e dualista do “nós” contra “eles” que dá sustentação à intolerância e a base simbólica para o ódio, a xenofobia e as formas de violência. A pretensa racionalidade, no contexto da opinião pública, não raro aponta para o reforço da discriminação, para a alimentação de discursos “racionais” porém com base ideológica calcada na colonização epistemicida. Nesse sentido, consideramos que é preciso considerar “aspectos subjetivos e identitários das migrações, na perspectiva de compreender a profusão de vínculos, as relações e os embates socioeconômicos, políticos e culturais implicados nas vivências de cada migrante” (THEODORO, COGO, 2019). Isso porque na realidade material dos processos migratórios, o migrante obrigado a deixar seu país de origem se vê em situações precárias em relação a direitos básicos, a limitação de sua cidadania e os desafios culturais do novo território. Não se trata de homogeneizar a experiência, ou desconsiderar as variações interseccionais dos processos migratórios, além dos países de origem/destino e outras variáveis. No entanto, como aponta Sayad (1998), o migrante pode ser tido como ameaça ou como demarcação de distinção cultural.

Nesse sentido, temos que considerar a dimensão sensível do debate público em oposição à dimensão objetiva, racional e simbiótica com a epistemologia dominante. É um esforço pela rejeição de um “sujeito universal” e o “questionamento da produção de conhecimento entendida como processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal e a busca por novos parâmetros de conhecimento” (RAGO, 1998, p. 10-11) e pela assimilação dos valores relativos aos sentimentos, emoções que nos fazem humanos e que podem ser mobilizados em torno de construções de saberes humanizados, inclusivos e calcados em valores genuinamente democráticos.

Para Sodré, o uso da razão iluminista e a pragmática da linguagem na teoria habermasiana o afasta da comunicação que ocorre na dimensão do sensível. O autor defende que a “própria razão emerge do afeto” (2006, p. 41) e, por isso, a eficácia dos processos comunicativos tem na dimensão estética e sensível um componente-chave. A razão seria induzida a partir da dimensão afetiva dos sujeitos, visto que as paixões

levariam a juízos anteriores à própria reflexão. Dessa forma, a dimensão do real só é possível de ser alcançada a partir das emoções, pois é por meio delas que se atinge o “sentido da consciência” (SODRÉ, 2006, p. 53). Segundo Santos (2010 p. 54), a racionalidade enquanto configuração objetiva “fundamentada no rigor matemático, quantifica e, ao quantificar, desqualifica; ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada e, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza”.

Dessa forma, o jornalismo além de ser agente de informação, argumentos, razões e sentidos estruturados de cunho racional, pode também pode ser capaz de fazer circular sentidos sensíveis, capazes de engajamento e para a promoção de um raciocínio sobre o outro que evidencie problemáticas migratórias a partir da empatia e emoções altruístas, de forma a assumirem “idealmente o lugar do outro” com a finalidade de tomada de ações moralmente justas e humanas do ponto de vista dos direitos básicos universais (MAIA, 2012). Aqui tratamos de uma emoção situada em um ambiente histórico materialmente construído por opressões e dominações derivadas de violências físicas e simbólicas contra grupos socialmente minoritários que fujam da lógica racional pautada no sujeito universal. Trata-se de repensar o posicionamento do Outro nos eixos de discussão característicos da esfera pública em sua configuração midiaticizada e do posicionamento de um jornalismo aberto à produção de conhecimento humanizador sobre grupos historicamente objetificados, coisificados e excluídos da narração jornalística, epistemologicamente e tecnicamente norteadas a narrativa do sujeito universal.

Pensar os processos migratórios, os deslocamentos forçados e refúgios a partir da ótica da esfera pública midiaticizada e de forma a desenvolver uma comunicação humanizada, capaz de produzir sentidos necessários ao respeito ao Outro, pressupõe uma virada epistemológica capaz de superar os recursos da racionalidade argumentativa e das noções clássicas de objetividade jornalística. As investigações entre mídia e migrações tem produzido contribuições significativas sobre a formação da opinião sobre fluxos migratórios, sobre os programas políticos dos Estados acerca da imigração, e a construção das identidades em diferentes níveis, tanto a nível individual quanto nacional (ARAÚJO, COGO e PINTO, 2015). Os processos de midiaticização que caracterizam a esfera pública fornecem uma série de sentidos informativos, interpretativos e representativo que contribuem por criar e modificar destino e fluxos migratórios, bem

como a recepção do migrante, levando em conta sua origem nacional, etnia, idade, gênero e outros fatores de intersecção determinante ao tratamento do Outro no país de destino.

VIRADA EPISTÊMICA E RECURSOS JORNALÍSTICOS PARA HUMANIZAÇÃO DO “OUTRO” MIGRANTE

Um conhecimento não deixa de ser objetivo pela sua inevitável carga de subjetividade, mas sim quando confrontado com a realidade é colocado em prova empiricamente (SPONHOLZ, 2003). A diferenciação já estava posta por Genro Filho (1987, p. 168) quando ele diferenciava a “ideologia da objetividade” que vigora no “jornalismo burguês” em oposição ao “jornalismo científico” criado por correntes de esquerda “stalinistas” enquanto aparelhos ideológicos do estado. Em ambos os casos, para o autor, perde-se a maior potencialidade do jornalismo: as perspectivas críticas e desalienadoras.

Evidentemente, proponho um modelo epistemológico de jornalismo que rompa com as normas de um modelo comercial que se apropria das tragédias humanas como formas de captação de audiência e visam o lucro de acordo com as regras de mercado. No entanto, uma perspectiva crítica que se utilize de técnicas jornalísticas diversas na construção da realidade da imigração, de forma a narrar o contraditório, trazer elementos dos conflitos, contextualizações bem apuradas cuja a finalidade seja a transformação social, pode ser pensada a partir do jornalismo comercial e certamente precisará da dimensão sensível e subjetiva como agente humanizador da realidade.

Frente a “financeirização” e “algoritmização” do mundo da vida e das consequências das interações sociais e processos de significação que decorrem da midiaticização da sociedade, torna-se imperativo uma virada epistêmica no jornalismo, que já observa algumas sustentações teóricas clássicas ruírem, ao passo em que outras instituições liberais de representação têm sido colocadas em prova, como a própria democracia (SODRÉ, 2020). Sodré argumenta que o papel do jornalismo enquanto mediador ou intermediário entre as esferas sociais e políticas se decompõe na medida que a própria política representativa tem se desintegrado. O papel social da imprensa enquanto “livre obra do espírito moderno” que serviu de pano de fundo e base

legitimador do exercício do poder republicano, perde o sentido frente a mudanças significativas nos processos comunicativos, tecnológicos e do mercado financeiro.

A lógica da velocidade de circulação de informação “em tempo real” desloca o conceito de acontecimento do campo do jornalismo para o campo algoritmo, ferindo bases clássicas do jornalismo, como a noção de “furo”. Como mencionado, Sodré (2020) também identifica o pilar da verdade como sendo pensado a partir de uma lógica de exposição e irradiação nas redes em disputa com a verdade “que se deseja”, construindo microesferas públicas, em formato das chamadas “bolhas ideológicas”, que reforçam a polarização epistêmica e aceleram o processo de degradação política.

À nível de mercado, no contexto midiaticizado, a comunicação jornalística clássica, da “fase industrial” perde espaço em três aspectos principais: 1) Na instantaneidade da entrega da informação e como principal reprodutor da racionalidade das classes dominantes (já que o algoritmo e a lógica das redes são mais eficientes); 2) No valor comercial (pois o anunciante já não necessariamente precisa da credibilidade do jornalismo enquanto espaço de veiculação, o algoritmo direciona a publicidade ao público de forma mais eficiente) 3) Na hegemonia da verdade objetiva (pelo processo de degradação generalizada das instituições modernas). A crise do jornalismo é, em síntese, uma crise do projeto liberal e neoliberal de modernidade. O que se observa é que o jornalismo de mercado tem se mantido pela retroalimentação dessas bolhas, despiando-se frequentemente dos valores clássicos em nome do clique, do valor de captação, procurando assuntos polêmicos, apelativos, mas despolitizados e esvaziados de seu valor crítico.

Na retração do migrante, o jornalismo tem se valido de técnicas e recursos de estereotipação, em uma construção social que reforça o preconceito e a discriminação (VAN DIJK, 2010; CUNHA, 2009). Gonçalves et. al. (2020 p. 20) realizam levantamento sistemático da retração do imigrante no Brasil pela imprensa entre 2010 a 2019 a partir de artigos científicos. Além dos estigmas e associações negativas, a investigação identifica “que os migrantes não possuem voz enquanto fontes e as temáticas abordadas contribuem para a legitimação da separação entre o ‘nós’ e o ‘outro’”, em perspectiva de invasão. As autoras apontam um silenciamento na problematização e contextualização dos fluxos migratórios nos jornais e apontam que as

coberturas carecem de “humanização” do migrante e a confusão a respeito das situações diversas que caracterizam os fenômenos migratórios.

A virada epistêmica no jornalismo é, portanto, necessária do ponto de vista prático em termos da conjuntura midiaticizada, financeira e algorítmica da informação e do ponto de vista da produção de um conhecimento decolonial, que recusa o sujeito universal enquanto epistemologia. Dessa forma, Moraes e Veiga da Silva (2021 p. 128) conceituaram um “jornalismo de subjetividade” para “desestabilizar os modos redutores de representação perpetrados pela imprensa”. O termo, que é assumidamente uma provocação das autoras à ideia de objetividade, trata da complementaridade do objetivo e subjetivo na construção do conhecimento, de forma a observar posições de classe, gênero, geográficas e de grupo, levando em conta as estruturas sociais, para entender como essas questões se desenvolvem nas pessoas e nos dados do mundo (MORAES e VEIGA DA SILVA, 2021).

Essa virada epistêmica é uma forma humanizada do fazer jornalístico que deve ser debatida nas escolas e faculdades de jornalismo, impregnando a práxis, as técnicas e a forma do jornalista encarar os fatos e o mundo. Trata-se de produções e enquadramentos em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada (IJUIM, 2017), de criar meios para comunicação efetiva dos variados sujeitos, em que eles possam contar as próprias histórias. Um jornalismo humanizado e que rompa com a episteme objetiva pressupõe a não estereotipação do ser humano, a compreensão da complexidade de acontecimentos e fatos e, por fim, o reconhecimento do outro enquanto humano e portador de direitos universais.

No contexto dos fluxos migratórios, esta virada epistêmica deve ser capaz de compreender a existência migrante não enquanto “objeto”, “número”, ou como um “Outro” distante de um “Nós” cuja humanidade é mais legítima. Ela deve ser capaz de deslocar “o que” (migração) para “quem” (o migrante); e trazer o contexto, o contraditório, a interpretação e a experiência humana contida na correlação de forças, circunstâncias políticas, econômicas e culturais. Acima de tudo, deve abdicar da busca por uma verdade inata, simplista e única para criar sentidos, ampliar vozes, formas de consciência a nível material e simbólico cujo compromisso seja não com a rigidez objetiva, mas sim um jornalismo socialmente comprometido e norteado pelos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre as noções de objetividade e subjetividade nas produções jornalísticas não são novas e têm sido centrais nos estudos em jornalismo, ainda que nas redações a máxima positivo-funcionalista ainda impere como ideal a ser buscado pelos profissionais. Neste ensaio, busquei articular estas noções com a ideia de esfera pública midiaticizadas e a produção de conhecimento sobre o migrante. O argumento central é a necessidade de circulação de sentidos humanizadores, capazes de sensibilizar o debate público, as conversações cotidianas e produzir sentidos capazes de mitigar a intolerância, a xenofobia e o desrespeito aos direitos humanos.

Os processos de midiaticização que observamos hoje no Brasil e no mundo não são isentos das mesmas matrizes epistemológicas que atuaram na manutenção do poder e das classes sociais no projeto moderno. Ainda que com nova roupagem, novos atores e mudanças estruturais, a lógica do mundo globalizado explicitada por Milton Santos (2001) enquanto, fábula, perversidade e possibilidade ainda é preponderante. A fábula ideológica circula na produção de sentidos midiáticos, nas redes sociais dominadas pelos algoritmos das gigantes tecnológicas e retroalimenta a narrativa única de mundo, que alimenta as desigualdades e estruturas de poder. Enquanto a estrutura global passa a ser dominada por poucos bilionários, as marcas da desigualdade, das diferenças e da intolerância se acentuam.

A frieza da objetividade, aliada a visão única de mundo pautada pelo sujeito universal é um dos elementos que contribuem para a manutenção dessa estrutura. Trata-se do limite da objetividade jornalística construída em matrizes epistemológicas que afastam narrativas da diversidade humana, sua complexidade e contradições, comprometendo a produção de conhecimento e tornando o jornalismo refém das violências e opressões históricas promovidas pelas elites. Em ambientes cada vez mais conflituosos, com o retorno de guerras históricas, da crise dos regimes democráticos ocidentais e a desdemocratização proveniente do acentuamento das desigualdades e das diferenças, os processos migratórios contram-se em processo de reconfiguração e intensificação. A superação desse cenário deve ser pensada sobre todas as disciplinas do conhecimento. Não se trata de cair no subjetivismo ou no chamado irracionalismo, mas de impor limites ao projeto dominante e pensar o mundo a partir de uma epistemologia da humanidade, humanizadora em seu propósito, inclusiva e contra-hegemônica.

Por fim, indico que frente a inquestionável degradação de pilares do jornalismo como a objetividade, a credibilidade e a noção de verdade embutida no fato, torna-se imperativo a criação de novas epistemes norteadoras da práxis jornalística enquanto produtora social de conhecimento e necessária a uma esfera pública que efetivamente contribua para transformação social nos moldes das teorias da democracia deliberativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E.; COGO, D.; PINTO, M. Mobility, Media (tions) and Culture. **Comunicação e Sociedade**, 28: 15-22, 2015.

AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, 25-46, 2000.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**, 6ª edição, São Paulo: HUCITEC, 1992.

BARROS, L. M. Recepção, mediação e midiaticização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas. **Mediação e Midiaticização**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Volume 1. Tradução: Sérgio, 0
io Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRAGA José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

CUNHA, I. F. A cobertura jornalística da imigração: para uma teoria da notícia televisiva. **Revista Comunicação e Sociedade**, 15, 191-214, 2009.

CHAKRAVARTTY, P., et al. # CommunicationSoWhite. **Journal of Communication**, 68.2: 254-266, 2018.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Dissertação. Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 1987.

GONÇALVES, I. et. al. A representação do imigrante pela imprensa brasileira: uma revisão de literatura. **Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, 7.1: 1-15, 2020.

GROSGOUEL, R. Uma estrutura de conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, 31.1: 25-49, 2016.

IANNI, O. A racialização do mundo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. vol. 8, no. 1, p.1-23. p. 3, 1996.

IJUIM, J. K. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso**, 31.78: 235-243, 2017.

MAIA, R. **Mídia e deliberação**. FGV Editora, 2008.

MAIA, R. Emoção, retórica e histórias pessoais na esfera pública. In: Soares et al. **Mídia e Cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MEDINA, C. Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos. **Summus Editorial**, 2012.

MEDITSCH, E. O jornalismo é uma forma de conhecimento. **Media & Jornalismo**, 1.1: 9-22, 2002.

MORAES, F.; DA SILVA, M. V. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. **Mídia e zeitgeist**, p.113-138, 2021.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editora, 1999.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 25-37, 1998.

ROCHA, H. C. L. A importância da epistemologia na Teoria do Jornalismo: a teoria pragmática do conhecimento e a qualidade da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, 8.1: 276-291, 2011.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, 71-94, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único ao pensamento universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SODRÉ M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Mauad Editora Ltda, 2006.

SODRÉ, M. Miatização do jornalismo. Em: FERREIRA, Jairo, et al. **Redes, sociedade e pólis: recortes epistemológicos na mídiatização**. FACOS-UFSM, 2020.

SPONHOLZ, L. Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista Famecos**, nº 21, 2003.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

THEODORO, Hadriel GS; COGO, Denise. LGBTQI+ immigrants and refugees in the city of São Paulo: uses of ICTs in a South-South mobility context. **Revue française des sciences de l'information et de la communication**, 2019, 17.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.